

A sociedade do conhecimento e o mundo globalizado - questões centrais para a convergência internacional

Publicação: [O Mundo em Português Nº 64](#)

Data de Publicação: Maio/Junho 2007

Autor: Maria João Rodrigues

Há convergência internacional?

A Estratégia de Lisboa é um processo que visa, em primeiro lugar, afirmar a escolha dos Estados membros da UE de construir uma sociedade do conhecimento. O conhecimento é hoje a maior riqueza das nações, das empresas e das pessoas, mas pode também transformar-se na maior linha divisória. O que os europeus constataram em 2000, e reafirmaram em 2005 (quando se deu a revisão dos objectivos da Agenda de Lisboa), foi que o investimento na investigação, na inovação e na educação é agora o instrumento central para a competitividade e a prosperidade. Este objectivo só pode ser atingido através da acção combinada de várias políticas.

Tal como na Europa, diversos países de outras regiões fazem actualmente uma reflexão semelhante, optando por políticas conducentes aos mesmos fins. Os primeiros a fazê-lo (mesmo antes da União Europeia) foram os Estados Unidos e o Japão. Passados sete anos sobre o lançamento da Agenda de Lisboa, verifica-se um movimento internacional na mesma direcção, em países como, por exemplo, a Índia, a China, a Coreia do Sul e o Brasil.

Os casos do Japão e da Índia ilustram o que esta tendência significa, na prática. O Japão está a preparar um abrangente Plano para a Inovação, centrado nas necessidades dos cidadãos, e a Índia criou uma Comissão do Conhecimento, cujo resultado final deverá ser uma agenda de desenvolvimento, também ela virada para os problemas dos cidadãos, e que coloca o conhecimento como a trave mestra do crescimento económico sustentável e de superação dos graves problemas sociais que o país enfrenta desde a independência.

O novo plano quinquenal da China, por seu lado, incorpora conceitos como o papel do conhecimento e da inovação, a preocupação com a inclusão social e o ambiente, no quadro do conceito chinês de sociedade harmoniosa, que traduz em larga medida a noção de desenvolvimento sustentável. Também no Brasil é possível encontrar vários

planos de reforma socio-económica para o longo prazo, sobretudo o chamado «Brasil Três Tempos», uma ambiciosa agenda de desenvolvimento que realça o papel do conhecimento, da inclusão social e da consciência ambiental. Finalmente, nos Estados Unidos, a Administração lançou em 2006 a American Competitiveness Initiative, cujo objectivo é criar condições para manter a liderança numa economia do conhecimento onde outros actores ganham terreno.

Do ponto de vista europeu, este movimento internacional deve ser bem acolhido, por duas razões: por um lado, esta é a escolha certa para desenvolver aqueles países; por outro, corresponde aos interesses europeus, pois a Europa não pode levar a cabo esta agenda de uma forma isolada – necessita de parceiros que sigam na mesma direcção. Surge, no entanto, uma questão chave: em que condições podemos ter um jogo de soma positiva? Como podemos ter uma corrida para o topo e não uma corrida para a base, em termos de condições sociais e ambientais, nesta transição para uma economia de conhecimento intensiva?

Uma resposta possível é adoptar um método de diálogo estratégico com os principais actores globais, em três passos: primeiro, desenvolvendo a noção de que se tratam de parceiros globais, que enfrentam desafios comuns; em segundo lugar, definindo regras básicas comuns; finalmente, transformando a estratégia para uma economia de conhecimento intensiva numa agenda de desenvolvimento mais abrangente.

A Estratégia de Lisboa

A actual experiência da Agenda de Lisboa, na União Europeia, pode ser uma contribuição relevante para este diálogo estratégico. No ano 2000, a União Europeia adoptou uma estratégia de longo prazo para desenvolver uma economia do conhecimento competitiva, com crescimento sustentável, mais e melhores empregos, que respeite as preocupações ambientais.

Uma agenda mais vasta, porém, era necessária, de forma a acelerar esta mudança para uma economia de conhecimento intensiva, explorar as potencialidades do mercado único e reformar o modelo social europeu, como resposta aos novos desafios da globalização, do envelhecimento da população e da mudança tecnológica. Por outro lado, eram igualmente necessários novos instrumentos políticos para coordenar o desenvolvimento e a aplicação desta agenda, nos diferentes níveis de governação: europeu, nacional e local. Este era o papel do método de coordenação aberta, em

conjugação com os instrumentos já existentes, como as directivas, os programas comunitários e os fundos estruturais.

Assim, em 2001, a chamada Estratégia de Lisboa transformou-se numa agenda política, com novas medidas em diversos domínios: sociedade da informação, investigação, inovação, mercado único, educação, emprego, protecção social, ambiente e políticas macro-económicas.

Em 2002, esta agenda alargou-se aos, então, dez países candidatos. Em 2003, a agenda ligou-se ao Tratado Constitucional e, em 2004, ao orçamento comunitário, se bem que, nestes dois casos, de forma insuficiente. Em 2005, reconhecendo a existência de resultados desiguais e uma desigual aplicação a nível nacional, o Conselho Europeu adoptou directrizes políticas claras e programas nacionais de reforma, que os Estados membros devem utilizar no processo de adaptação dessas directrizes às condições nacionais.

Em 2007, pode-se afirmar que é visível uma tendência positiva, em termos de crescimento e de criação de emprego, mas a sua sustentabilidade depende da capacidade das reformas estruturais gerarem um maior potencial de crescimento. Muitas reformas estruturais decorrem actualmente na Europa, em domínios como a protecção social, os sistemas de saúde, a administração pública, os sistemas financeiros, a investigação e a educação, os mercados de trabalho, mas este processo ainda é insuficiente e, sobretudo, muito desequilibrado, especialmente quando se comparam áreas políticas e países. Já é possível concluir, de qualquer modo, que os Estados membros que demonstraram mais eficácia na aplicação da Agenda de Lisboa são aqueles que estão a ter mais benefícios em termos de crescimento, criação de emprego e desenvolvimento sustentável.

Questões centrais para o diálogo estratégico

Com base no percurso da Europa nos últimos sete anos, é possível extrair algumas conclusões que são, simultaneamente, uma lição para a continuação da aplicação da Agenda de Lisboa e um ponto de partida para um diálogo estratégico com os países parceiros.

A conclusão primordial é a de que é necessário conceber e aplicar uma nova agenda, abrangente, de desenvolvimento sustentável, que combine as dimensões económica, social e ambiental. Em vez de trade-offs, o que se deve valorizar são as sinergias entre estas três dimensões. Assim, não se devem sacrificar as condições sociais em prol da

competitividade, ou vice-versa. Para ultrapassar este dilema, ambas as dimensões devem ser repensadas.

Neste processo, as políticas macro-económicas, para além de garantirem a estabilidade, devem também assegurar que a devida atenção é dada a investimentos chave para o futuro da investigação, da inovação, das infra-estruturas e das condições sociais. A articulação entre os vários níveis de governance – local, regional, nacional e internacional – é um factor fundamental para a coerência de uma agenda tão abrangente. Aquilo a que na Europa se chama o «triângulo do conhecimento» – investigação, inovação e educação – desempenha um papel central nesta agenda. Esta abordagem triangular mostra que não basta investir na investigação, que é crucial que o conhecimento seja valor acrescentado, através da inovação. A inovação gera novas perspectivas para a construção de capacidades, que permitem ultrapassar a visão proteccionista da política industrial.

No que toca à inovação, não se deve perder de vista que esta deve ocorrer não só nos processos mas também nos produtos e serviços, sem se cingir a empresas high-tech nem a trabalhadores altamente qualificados. Pelo contrário, deve ocorrer ao nível organizacional e abarcar todas as empresas e todas as pessoas. Por seu lado, as tecnologias de informação e comunicação são as infra-estruturas básicas de uma sociedade do conhecimento. Para evitar o risco da exclusão digital, devem garantir um melhor acesso a todos os cidadãos nas escolas, nos sistemas de saúde, nos tempos livres e em todos os serviços públicos.

Todo este processo não é possível sem um novo conceito de empreendedorismo, como meio de mobilização de novos recursos para responder a novos problemas, tanto nas escolas como nas universidades ou nas empresas. Iniciativas como os one-stop shops e o capital de risco para as start-ups, podem funcionar como um importante auxílio às companhias inovadoras para alcançarem os seus mercados.

A política social não pode ser descurada neste processo, mas deve ser encarada como um factor produtivo, atento às mudanças demográficas, que equipa as pessoas para a mudança, através da formação de novas competências, ao mesmo tempo que garante a igualdade de oportunidades. Neste sentido, a qualidade do ensino básico e secundário é um factor-chave, sendo certo que é necessário apostar na formação ao longo da vida.

Finalmente, a protecção do ambiente, outro dos vectores centrais da Agenda de Lisboa, não deve ser vista como prejudicial para o investimento, mas antes como um factor que proporciona novas oportunidades para o investimento e a criação de emprego. Nem todos os grandes actores internacionais com que a Europa se relaciona possuem as

mesmas prioridades e a leitura que fazem dos seus desafios pode não conduzir às mesmas conclusões. Para todos os efeitos, este conjunto de questões são uma base útil para inspirar um novo tipo de diálogo estratégico entre países parceiros, num mundo globalizado.